

- 1 ABR 1987

# Assessores novos de Anc p 2 Camara deputados ganham

## menos que os antigos

JORNAL DO BRASIL

**Brasília** — Os funcionários da Câmara contratados para os gabinetes dos novos deputados estão sendo discriminados no pagamento de seus salários. São cerca de mil assessores e ajudantes que receberam em fevereiro e março de acordo com as sessões efetivamente realizadas, ao contrário dos funcionários antigos. Esses últimos foram pagos de acordo com uma média de 51 sessões. Um secretário parlamentar antigo recebeu Cz\$ 20 mil pelos meses de fevereiro e março, enquanto um novo ficou com Cz\$ 11 mil.

Para esclarecer a situação, o deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS) enviou ofício ao deputado Ulysses Guimarães. Segundo ele, a Câmara dos Deputados informou a todos os parlamentares, logo após a eleição de novembro, que teriam direito a contratar um assistente com salário em torno de Cz\$ 14 mil; um secretário com salário mensal de Cz\$ 10 mil e um ajudante ganhando Cz\$ 6 mil.

### Ridículo

“Isso corresponde, segundo o ofício que recebemos, ao valor médio dos salários, já que o subsídio dos funcionários, a exemplo dos vencimentos dos deputados, está dividido em parte fixa e variável, esta última paga de acordo com o número de sessões. Como não houve sessões da Câmara em fevereiro, e em março a Câmara só realizou sessões uma vez por semana, os salários recebidos pelos meus assessores foram ridículos”, explicou-se Mendes Ribeiro.

O contratado do secretário parlamentar de Mendes Ribeiro, Telmo Schorr, acusa o recebimento de Cz\$ 11 mil equivalente aos salários de fevereiro e março, quando deveria ser de Cz\$ 20 mil para os dois meses. O assistente do deputado que deveria receber Cz\$ 14 mil por mês, recebeu Cz\$ 6 mil 200 em fevereiro e Cz\$ 8 mil 700 em março. E o ajudante, que teria que receber Cz\$ 6 mil por mês, recebeu Cz\$ 1 mil 900 em fevereiro e Cz\$ 2 mil 600 em março.

A explicação da Diretoria Geral da Câmara é que os salários dos funcionários, principalmente nos meses de recesso, obedecem a uma portaria, instituída na gestão do deputado Flávio Marçílio. Diante da inexistência de sessões, paga-se aos funcionários, na parte variável de seus salários, o equivalente a média do que receberam nos últimos seis meses. Com isso, os assessores mais antigos, não foram prejudicados, mas os novos assessores foram atingidos pela falta de sessões.

“O engraçado é que nós, parlamentares, não fomos atingidos e recebemos jetons como se tivéssemos comparecido a 51 sessões da Câmara. A lei da Câmara só vale para os novos funcionários. Gostaria que o deputado Ulysses Guimarães respondesse logo o meu ofício e mandasse tomar providências para que essa aberração não volte a ocorrer”, disse Mendes Ribeiro.

Também os deputados Salatiel Carvalho (PFL-PE) e Milton Barbosa (PMDB-BA) estão preocupados com o assunto e, junto com Mendes Ribeiro, orientaram os funcionários para que iniciassem um abaixo-assinado que será encaminhado ao presidente Ulysses Guimarães ainda esta semana.